



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 01265

PROCESSO SMA

Nº 13.638/07

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico DAIA/163/08 e na Deliberação CONSEMA 30/08, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CBC INDÚSTRIAS PESADAS S/A

CNPJ: 60.501.707/0013-47

LOGRADOURO: RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO, KM 68

BAIRRO: MEDEIROS

MUNICÍPIO: JUNDIAÍ

CEP: 13212-240

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: LOTEAMENTO INDUSTRIAL MULTIVIAS II PÓLO INDUSTRIAL E LOGÍSTICO

LOGRADOURO: AV. ANTÔNIO PINCINATO GLEBAS 1E E 1F ACESSO ROD. D. GABRIEL PAULINO BUENO COUTO

MUNICÍPIO(S): JUNDIAÍ

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: Projeto urbanístico de parcelamento do solo para fins industriais em área total de 1.136.030,563 m², com 131 lotes, com áreas variando de 28.270,00 m² a 1.500,00 m², para a implantação de indústrias do tipo I1, I2 e I3. As áreas dos lotes equivalem a 65,00% da área, 12,70% destinam-se ao sistema viário; 5,00% para a área institucional e 17,30% para áreas verdes. A população final estimada é de 1.200 pessoas (funcionários), considerando 20 funcionários por lote.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data

02/06/08

FRANCISCO GRAZIANO NETO - Secretário de Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/03

PROCESSO SMA

Nº 13.638/07

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 01265

Para obtenção da Licença de Instalação da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, necessários à implantação do empreendimento, o interessado deve atender as seguintes exigências:

1. Obter junto ao DEPRN ETJundiaí:

- Autorização para a supressão de árvores isoladas, intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP's) para implantação do sistema de drenagem de águas pluviais e ou sistema viário, etc;
- Aprovação do projeto de revegetação com espécies nativas no entorno do empreendimento em faixa limdeira à estrada-parque Av. Antônio Pincinato;
- Aprovação do Projeto de via de pedestres circundando as áreas verdes;
- Apresentar projeto de inserção de um corredor não edificável de 10 m de largura no fundo dos lotes de 12 a 17 da quadra B, partindo da divisa da propriedade da Indústria de Papel Gordinho Braune, em direção a testada dos lotes;
- Manifestação quanto aos relatórios anuais do Monitoramento da Fauna nas fases de implantação e operação do loteamento e do parque, em um período mínimo de 24 meses, abrangendo as diferentes estações sazonais (04), visando a verificação de possíveis alterações das comunidades de mastofauna e avifauna;
- Assinatura do Termo de Recuperação Ambiental para promover a total implantação do "Projeto de Revegetação das Áreas Verdes, de Arborização do Sistema Viário, Áreas de Lazer e Recuperação das APP's", utilizando-se de espécies nativas a fim de possibilitar abrigo e alimento para a fauna local;
- Autorização para as áreas de apoio das obras de terraplenagem a serem executadas no empreendimento, no que tange à fonte do material terroso a ser utilizado como empréstimo ou bota-fora.

2. Apresentar para aprovação junto à CETESB:

- Programa de coleta seletiva para separação e posterior reciclagem de resíduos sólidos, visando reduzir a necessidade de disposição final;
- Proposta de interligação a rede de efluentes do canteiro de obras (sanitários e do refeitório) a rede existente; se necessário implantar banheiros químicos até a efetividade de funcionamento da rede;
- Plano de monitoramento (físico químico e bacteriológico) e controle ambiental do principal curso d'água na ADA;
- Proposta para disposição adequada dos resíduos sólidos resultantes da construção civil em locais licenciados para este fim, sob a responsabilidade da empreiteira;
- Plano de Monitoramento do nível de pressão sonora em conformidade com o estabelecido na ABNT NBR 10.151/00;
- Proposta de interligação da rede de esgoto ao(s) PV(s) existente(s) para encaminhamento a ETE Varjão, conforme diretriz do DAE.

3. Apresentar aprovação do órgão competente da Prefeitura Municipal de Jundiaí do Projeto Executivo de Drenagem de águas pluviais contemplando os pontos de lançamento final das águas coletadas e detalhando a drenagem para as ruas de maior declividade e extensão para evitar o aparecimento de processos erosivos e de inundação;

4. Apresentar aprovação do órgão competente da Prefeitura Municipal de Jundiaí, do Projeto Executivo do Sistema Viário;

5. Apresentar Programa de Educação Ambiental com orientação quanto à redução do consumo de água e de energia, estimulando o uso da água das chuvas, reciclagem de água servida, iluminação e ventilação naturais e fontes renováveis de energia, à ser aplicado junto à equipe de obras, proprietários dos lotes;

6. Apresentar plano do trabalho de orientação a ser desenvolvido junto a equipe de obras quanto ao monitoramento arqueológico a ser executado e da comunicação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN na ocorrência de qualquer descoberta fortuita de peças com interesse arqueológico;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 02/03

PROCESSO SMA

Nº 13.638/07

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 01265

7. Incluir no projeto, estruturas que permitam a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos, principalmente a portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, em atendimento as Leis Federais 10.048, de 08/11/00, e 10.098, de 19/12/00, regulamentadas pelo Decreto 5.296 de 02/12/04;
8. Apresentar Plano de Controle de Obras considerando: a prevenção de desenvolvimento de processos erosivos; o tratamento adequado das áreas de empréstimo e/ou bota-fora, promovendo a regularização das mesmas junto aos órgãos competentes municipais e/ou estaduais; execução das obras de terraplenagem trecho a trecho, de jusante para montante e, preferencialmente, em épocas de estiagem; um programa de manutenção preventiva e horários adequados de funcionamento das máquinas e veículos pesados, e manutenção da umidade das vias de trânsito; sinalização viária com placas nas vias de acesso, de forma a facilitar o direcionamento correto dos veículos e evitar o aumento do trânsito na Av. Antonio Pincinato;
9. Apresentar Plano de Monitoramento de Drenagem; e
10. Comprovar a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, junto a SMA/CPRN, e apresentar o comprovante do depósito bancário em Cademeta de Poupança do valor referente à compensação ambiental definido no TCCA, para atendimento ao artigo 36 da Lei Federal 9.985/00 regulamentada pelo Decreto Federal 4.340/02.

Por ocasião da solicitação da Licença de Operação à Agência Ambiental da CETESB, o empreendedor deverá apresentar relatório final demonstrando o cumprimento da implantação de todas as medidas ambientais e atividades previstas neste processo de licenciamento ambiental e o cumprimento das exigências estabelecidas a seguir:

1. Inserir, nos contratos de compra e venda dos lotes, o compromisso do adquirente no atendimento a Lei Estadual 12.526, de 01/01/07, que contempla a implantação de sistema de captação e retenção de águas pluviais para as áreas impermeabilizadas;
2. A implantação das indústrias deve ser precedida de Licenciamento junto a CETESB.
3. Apresentar ao DEPRN relatório demonstrando a implantação e manutenção do Projeto de Arborização de Áreas Verdes, Áreas de Lazer, Sistema Viário e APP's;
4. Demonstrar e manter as áreas institucionais e os lotes não ocupados cobertos por vegetação herbácea (gramíneas) até a implantação das obras previstas pela Prefeitura;
5. Comprovar a desativação do sistema de coleta e afastamento de efluentes do canteiro de obras;
6. Comprovar a conclusão das obras da rede de distribuição de água e coleta e afastamento de esgotos, interligação com as redes existentes;
7. Demonstrar a implantação do Programa de Educação Ambiental na fase de implantação e o comprometimento de institucionalização do mesmo na fase de ocupação;
8. Implantação do Programa de coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos e sua destinação final para reciclagem, em locais adequados;
9. Demonstrar a implantação do Plano de Monitoramento de Drenagem;
10. Apresentar relatório contábil com o montante despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de eventuais ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento;
11. O Plano aprovado de Medidas do Nível de Pressão Sonora em conformidade com o estabelecido na ABNT NBR 10.151/00;
12. Apresentar manifestação do Conselho Gestor APAS CCJ quanto ao cumprimento da Deliberação 01/08; e
13. Apresentar manifestação quanto a conclusão do Programa de Diagnóstico Arqueológico, e obter liberação da área no IPHAN.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 03/03

PROCESSO SMA

Nº 13.638/07

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 01265

Além das exigências acima descritas, o interessado deverá atender a Deliberação Consema 30/2008, quanto a obrigatoriedade de **cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos, mais a exigência complementar, como condicionante para a Licença de Instalação, de que o empreendedor deverá apresentar à Fundação Florestal, com vistas à aprovação, programa que contemple ações sócio-ambientais a serem desenvolvidas com vistas à proteção da Reserva Biológica da Serra do Japi.**

1ª via (branco) - interessado 2ª via (verde) - emitente 3ª via (rosa) - arquivo

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem